

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

DOSSIÊ: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM GÊNERO E DIVERSIDADES: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Miriam Grossi

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

Elisete Schwade

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil

No processo de efetivação do ensino superior no Brasil e, em particular com o processo de redemocratização, a extensão universitária se tornou espaço privilegiado de interação universidade/sociedade. Parte do tripé pesquisa/ensino/extensão – que compõe a estrutura das universidades brasileiras –, a extensão ficou durante várias décadas relegada a um “não lugar”, a um espaço pouco valorizado na estrutura de prestígio acadêmico e no reconhecimento institucional das atividades realizadas no espaço universitário.

Integrada de diferentes formas nas normas e legislações historicizadas do ensino superior, nos últimos 6 anos, a extensão tem sido objeto de ênfase e visibilidade. Desde que a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, foi promulgada em função da demanda de inclusão nas estruturas curriculares dos cursos de graduação, a "curricularização" exigiu das universidades a definição do que se caracteriza como extensão, teórica e metodologicamente, em seus diferentes cursos de graduação.

Nos últimos anos, inúmeras discussões têm acontecido nas universidades públicas federais, instituições que vêm passando por profundas transformações em sua estrutura, para adequar-se às novas demandas oriundas do Ministério de Educação no início do século XXI. Destacamos, em particular, a implementação de políticas de acesso e permanência de estudantes que têm entrado na universidade por ações afirmativas (indígenas, negros(as), estudantes com deficiência, de escolas públicas, por renda, pessoas trans etc.) que começaram no início dos anos 2000 em várias universidades públicas e foram regulamentadas pela Lei nº 11.711/12, conhecida como Lei de Cotas. Transformações e reflexões que foram impulsionadas também pela chamada "interiorização" do ensino superior público, dada pela criação de novas universidades federais ou por novos *campi* de instituições já existentes em regiões afastadas das capitais pelo programa REUNI, promulgado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Essas duas leis e inúmeros editais do MEC, tais como o PROEXT e o inicialmente programa de permanência que, na sequência, foi transformado em Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes,

pavimentaram o caminho para a implantação da extensão como atividade obrigatória em todos os cursos de graduação do país.

Em razão desse contexto político e considerando que a extensão é, por definição, espaço de comunicação, diálogo e interação entre universidade e sociedade, este dossiê sistematiza reflexões sobre o impacto da extensão na formação universitária, além de trazer repercussões dessa formação na construção de carreiras profissionais. Os artigos publicados nesta obra se conectam por realizarem análises acerca de diferentes aspectos da extensão na contemporaneidade. Nessa direção, destacamos as reflexões que versam sobre o impacto das mudanças curriculares devido à implantação da curricularização. Os artigos enfatizam também relações entre a extensão universitária e as políticas públicas no campo educacional com movimentos sociais do campo feminista, LGBTQIA+, negro, indígena, de pessoas com deficiência e de direitos humanos, sendo essas relações consideradas a partir de experiências e aprendizados situados nas Ciências Sociais e na Antropologia.

Os artigos deste dossiê permitem um mapeamento e a análise do impacto de ações de extensão nos temas de gênero, sexualidade, educação, ensino, relações étnico-raciais e direitos humanos desenvolvidas nas últimas décadas no Brasil. A extensão universitária se caracteriza como possibilidade de um diálogo permanente com a sociedade a partir de uma perspectiva que engloba o olhar crítico construído com resultados de pesquisa. Seguindo as abordagens de Paulo Freire (2006), a extensão deve compreender o outro como sujeito histórico, cultural, social e político. Por isso não é surpreendente que a expectativa dialógica dessa interlocução, sistematizada pelo educador Paulo Freire em *Extensão e comunicação*, siga sendo uma das principais referências coletivas sobre essa temática. Observamos que as atividades de extensão são vistas como um “conhecimento situado” (Haraway, 2009) com objetivos voltados para a interlocução com diferentes comunidades.

Para a organização deste dossiê, partimos do pressuposto que, após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, os cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais e em Antropologia se constituíram em diálogo estreito com movimentos sociais, com base na formação pedagógica em práticas de extensão. A escolha da extensão universitária em sua relação com movimentos sociais, demandas e formulações de políticas públicas e a curricularização da extensão nos cursos de graduação, como tema para este dossiê, foi gestada no escopo da importância que as atividades extensionistas assumiram, ao longo das últimas décadas, na rede nacional de pesquisa do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), cujas pesquisadoras desenvolvem atividades de extensão relevantes em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES). Tais atividades se refletem em ações e interlocuções junto a diferentes instituições como escolas, delegacias da mulher e ONGs. Entre as inúmeras parcerias e os diversos projetos desenvolvidos, destacamos a realização de atividades

em contextos educativos, como o projeto Papo Sério – com oficinas e concurso de cartazes contra a lesbo-homo-transfobia nas escolas – e a formação de professores, além de cursos como Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e a formação de alfabetizadores por meio da parceria da rede NIGS com o Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação (ONG GEEMPA).

As referências teóricas situam o desenvolvimento das ações na reflexão sobre sexualidades e gênero em interseccionalidades. Ressalte-se ainda a característica da atividade posicionada (Scheper-Hughes, 1995), considerando que os grupos que fazem parte da rede têm ampla atuação em defesa da implementação de políticas públicas e diálogo com movimentos sociais (Grossi; Schwade; Guedes; Sala, 2018).

Alguns artigos que compõem o dossiê são resultado de workshop realizado em Florianópolis, em agosto de 2023, no quadro do projeto Políticas e Experiências de Equidade, Formação e Inclusão: uma etnografia sobre práticas de gestão, ensino, orientação e extensão em universidades públicas brasileiras, apoiado com recursos da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/202. Nesse workshop tivemos uma série de atividades de avaliação crítica e reflexiva da prática de extensão, textualizadas como memórias coletivas.

Uma das constatações que os artigos deste dossiê nos trazem é a evidência de que a extensão é uma atividade coletiva. Não por acaso, muitos artigos são assinados por várias(os) autoras(es), como referência a grupos que conectam as ações à pesquisa e ao ensino. O coletivo também se alinha com uma perspectiva feminista. Nós nos somamos à expectativa de uma extensão universitária praticada a partir da ênfase em uma perspectiva decolonial e feminista, tal como pontuada por Patricia Ketzer, Silvana Ribeiro e Thiago Pereira (2024, p. 4), em texto que lança um olhar sobre o contexto universitário a partir da atenção aos processos de distribuição de poder, de invisibilização de segmentos – como mulheres. Argumentam as(os) autoras(es) que a extensão se constitui como espaço de debate de questões contemporâneas da sociedade, em um compromisso coletivo. Como síntese, há a evidência de que a prática decolonial e feminista corrobora “a necessidade de estremecer as bases patriarcais da universidade e apostamos no potencial da extensão universitária como grande aliada” (Ketzer; Ribeiro; Pereira, 2024, p. 10).

Os textos compõem, portanto, reflexões sobre relatos de experiências, indicando a atividade de extensão como ação em construção e inscrita em dinâmicas complexas que reverberam em questionamentos sobre o conhecimento científico. Os temas privilegiados e contemplados nos artigos são atravessados por referências ao saber antropológico, sendo articulados com o campo de estudos feministas. Como resposta à nossa provocação para apresentação de artigos, percebemos múltiplas conexões com movimentos sociais e os processos de transformação das universidades.

Em relação ao saber-fazer antropológico e feminista e as reverberações em uma cultura científica de gênero, o artigo coletivo de Alinne Bonetti, Marines Rosa, Elisete Schwade e Alexandra Alencar, com o título “Sankofa, o movimento de estender e aprender: extensão feminista diante da cultura científica de gênero” traz a perspectiva de memórias, aprendizados e contextos, como um resgate de momentos das autoras em diferentes atividades e situacionalidades, com inspiração no ideograma africano Sankofa – na busca por identificar como a palavra extensão se fez presente nessas quatro diferentes existências de mulheres em atividades nas universidades. Trata-se de um olhar sobre experiências e interações em distintos contextos. As autoras indicam possibilidades e perspectivas a fim de ampliar os resultados do diálogo da universidade com a sociedade, pressuposto na extensão, no âmbito da incorporação de um saber-fazer antropológico feminista.

É também Sankofa que inspira outro artigo: “Liga Sankofa: escrevivências de um quilombo acadêmico”. Trata-se do registro de experiências e ações da liga Sankofa, espaço coletivo de reflexão e questionamento de diferentes formas de discriminação, que assume de modo espacial a luta antirracista, protagonizada por mulheres negras, com atividades em uma Universidade de Minas Gerais. As ações, sistematizadas pela autora Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro, registram um movimento levado a efeito sobretudo por mulheres, o que se reverbera em outras atividades de extensão com presença majoritária feminina, bem como nas suas relações com cursos de licenciatura, nos quais a maioria numérica de mulheres se repete. Há, ainda, uma atuação conectada com a formação inicial de docentes, com influência e repercussão nas práticas educativas e com registros fundamentais para um efetivo e amplo alcance dos questionamentos acerca das bases de construção do conhecimento científico.

Outro destaque no dossiê é a reflexão sobre a extensão como processo e ação que se constroem e derivam de experiências, com indicação presente em diferentes artigos e mais enfaticamente considerada no artigo de Gicele Sucupira, Melissa Barbieri e Juliana Cavilha, com o título “As trilhas e as pegadas: reflexões sobre uma ética do envolvimento na extensão universitária”. As autoras destacam um tipo singular de envolvimento nas atividades extensionistas, referenciado no texto como uma ética. Como componentes fundamentais dessa particular interação, elas destacam que a extensão é coletiva, o aprendizado é mútuo (universidade/sociedade) e o diálogo deve ser oportunizado – não é espontâneo. O texto faz referências às novas pegadas e novas trilhas da presença de estudantes negros(as), indígenas, deficientes na universidade, sempre pensadas a partir de uma performance extensionista caracterizada pela inspiração em uma prática difundida pelo NIGS, em que as trilhas e pegadas têm a marca de quem as produz e as percorre. As autoras reforçam a extensão como espaço de produção de conhecimento.

Das pegadas e trilhas para as pontes e redes, a reflexão sobre o projeto Maria Jiquitaia, nos registros efetuados por cinco autoras mulheres da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Consuelena Lopes Leitão, Karolayne Rodrigues Silva, Rosemary Amanda Lima Alves, Flávia Carolina Silva Santos de Castro e Iolete Ribeiro da Silva, há uma referência à intensa movimentação que pode ser gerada pelas intervenções em extensão universitária, mobilizando e articulando saberes com a sociedade organizada em movimentos sociais. As experiências e ações contempladas em perspectiva e com metodologias denominadas decoloniais – que consideram propósitos locais e implicam a desconstrução de saberes tidos como canônicos – estão presentes no artigo e se conectam com outros recortes do dossiê, já mencionados. Nesse processo, a ação reflexiva se articula com a pesquisa, de modo particular com a etnografia, com registro das interações e cenas construídas nas atuações em rede, em um compartilhamento de laços comunitários.

Retornando às práticas do NIGS, Rozeli Porto, Francisco Cleiton Vieira, Mareli Graupe e Marcelo José Oliveira enfatizam a mutualidade de aprendizados em experiências de extensão em diferentes contextos. São novamente temas e experiências vividas que provocam a reflexão, classificados como “jeitos encarnados de ser extensionistas e feministas nas referências às atividades extramuros”, que despertam questões sobre identidades étnicas, gênero em contextos educativos, saúde reprodutiva, atendimento em unidades de saúde e outras situações de interação. Destaca-se nesse artigo a ênfase à necessidade de pensar a prática extensionista em período anterior à proposta de curricularização, como registro dos aprendizados da rede NIGS, memória e fomento, na perspectiva de “conceituar a ‘extensão niguiana’ como uma atividade que promove o desenvolvimento do ensino e da pesquisa de forma articulada, interdisciplinar, interseccional, feminista, entrelaçando afetos, cooperação e construção coletiva de conhecimentos e saberes”.

Para além dos muros das instituições universitárias, os espaços escolares são recorrentes como lócus de atividades de extensão, mencionados em diferentes ações nos textos já citados. Na continuidade desse debate, o texto “Entre o ‘putífero’, a ‘loirinha puta’ e os ‘comedores de casadas’: masculinidades e feminilidades no contexto escolar” reforça a atividade de extensão como espaço de aprendizados. O texto propõe, a partir de ações realizadas em escolas do Rio de Janeiro, entender as interpelações de estudantes acerca de gênero e sexualidade, com o enfoque em como experienciam masculinidades e feminilidades, por meio de ações realizadas em escolas no Rio de Janeiro. As atividades de extensão são analisadas, no seu caráter formativo e provocativo, na reflexão sobre gênero e sexualidade em contextos educativos – experiências, práticas e um convite à discussão coletiva, à consideração de contextos, diferentes repercussões e inserções.

Dando sequência à reflexão sobre a relação extensão universitária e espaços escolares, o texto “A educação em direitos humanos e gênero por

meio da Webquest: a curricularização da extensão em ação”, escrito por Bruna Agostinis e Fabiane Freire França, traz o desafio de articular o uso de tecnologias com o desenvolvimento de atividades extensionistas. Fazendo referência à curricularização como reforço do tripé extensão/ensino e pesquisa, com ênfase no diálogo universidade/sociedade como componente do processo de construção do conhecimento, relata a experiência do uso da proposta de Webquest. Trata-se de uma metodologia que, de acordo com as autoras, permite inovar nas interações e situar estudantes de escolas do ensino fundamental em interação com conteúdos de forma orientada e em diálogo com questões que permeiam seu cotidiano.

O uso de diversos recursos, tais como a projeção de filmes e documentários seguidos de debates, revela-se uma ferramenta importante para construir interações, especialmente nas escolas. O texto de Fernanda Melo relata uma experiência em Recife/PE e traz reflexões contextualizadas sobre o antagonismo relacionado às questões de gênero no desenvolvimento do projeto. Não obstante, destaca, ao mesmo tempo, a recepção positiva, atestando a relevância política da intervenção – o que se reverbera em diferentes experiências de extensão universitária.

O tema da presença indígena Warao em Alagoas, em experiências de interlocução com a formação na universidade, é abordado no texto de Edilma Desiderio, Luciana Silva e Gabriela Santos. Tendo como título “Warao na UFAL: a diversidade na extensão em diálogos interculturais com migrantes indígenas venezuelanos no campus Maceió”, o texto enfatiza a importância da extensão no processo educativo, sobretudo no que se refere ao trabalho coletivo/colaborativo como um aprendizado. Nesse sentido, as autoras abordam percepções sobre extensão, o aprendizado acerca da população Warao e a integração com outras ações – tais como experiências em iniciação científica, o que reforça o impacto das atividades extensionistas na formação acadêmica.

Ressaltamos, portanto, que o dossiê é composto por um rico material teórico e empírico, que se constituiu em uma efetiva contribuição para refletir sobre os desafios da demandada curricularização da extensão no ensino superior brasileiro. Trata-se de um indicativo que sinaliza a ênfase na extensão como necessária para ampliar a comunicação com a sociedade na produção de conhecimento; colocando em tela o processo formativo universitário em interações, como experiência vivida, aprendizado amplo, sempre em processo e, de modo especial, espaço e possibilidade de questionamento de saberes aceitos como canônicos. Por fim, apresenta o argumento da extensão como um fazer que deve ser assumido e provocado, articulado a pautas e expectativas de mudança social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa

de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2665>. Acesso em: 17 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GROSSI, Miriam; SCHWADE, Elisete; MELO, Anahi Guedes de; SALA, Arianna. **Trabalho de campo, ética e subjetividade.** Tubarão (SC): Tribo da Ilha, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Unicamp, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.

KETZER, Patricia; RIBEIRO, Silvana; PEREIRA, Thiago. Por uma extensão universitária Latino-Americana e feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 32, n. 3, p. 1-13, 2024.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. The primacy of the ethical: propositions for a militant anthropology. **Current Anthropology**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 409-420, 1995.

Miriam Grossi

miriam.grossi@gmail.com

Professora Titular do Departamento de Antropologia, da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle - Université de Paris V (1988). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1A do CNPq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4399-6544>

Elisete Schwade

eliseteschwade@gmail.com

Professora Titular do Departamento de Antropologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em Ciência Social (Antropologia) pela Universidade de São Paulo.

OEID: <https://orcid.org/0000-0002-3488-1171>